

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades /
Organizador Washington Tourinho Júnior, Telma
Bonifácio dos Santos Reinaldo. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0066-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.660220104>

1. História geral – Estudo e ensino. 2. Aprendizagem
histórica. I. Tourinho Júnior, Washington (Organizador). II.
Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos (Organizadora). III.
Título.

CDD 907

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



EPÍGRAFE

O saber se vai buscar
E é preciso sempre ler
Não perca oportunidade
Esse livro é pra você.

Júlia Constança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1..... 11

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:
REFLEXÕES DE ESTUDIOSOS DO CAMPO

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201041>

CAPÍTULO 2..... 31

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS
LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Constança Pereira Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201042>

CAPÍTULO 3..... 47

FRAGMENTAÇÃO, SUPERFICIALIZAÇÃO E CONTROLE: OS MANUAIS DOS
PROFESSORES E A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Washington Tourinho Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201043>

CAPÍTULO 4..... 68

APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS
E DESDOBRAMENTOS DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DOCENTE EM
BACABAL-MA

Maria José dos Santos

Viviane de Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201044>

CAPÍTULO 5..... 87

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO
PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201045>

CAPÍTULO 6..... 103

NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Marcelo Pagliosa Carvalho

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201046>

CAPÍTULO 7	127
PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA	
Marize Helena de Campos Adriana Regina Oliveira Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047	
CAPÍTULO 8	151
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MARANHÃO	
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048	
CAPÍTULO 9	172
MESTRES OUVINTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO “HISTORIADOR” A PARTIR DO POEMA DRUMMONIANO	
Rogério de Carvalho Veras Larissa Aryane Lima Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049	
CAPÍTULO 10	180
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR	
Antonia da Silva Mota Flaviomiro Silva Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410	
SOBRE OS AUTORES	198
SOBRE OS ORGANIZADORES	202

INTRODUÇÃO

APRENDIZAGEM HISTÓRICA: ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Washington Tourinho Júnior

Durante boa parte do século XX as discussões acerca do ensino de História ocorriam, em sua maioria, no campo da psicologia e da pedagogia a partir de referenciais da ciência histórica. Conceitos como: consciência histórica, didática da História, metodologia do ensino da História e processo ensino/aprendizagem, geralmente encontravam na psicologia e na pedagogia os seus espaços de discussão e ambientação, ficando o campo do conhecimento histórico relegado à posição de coadjuvante na construção das epistemologias e das metodologias relativas a tais conceitos, uma vez que as teorias que embasavam tais discussões estavam situadas em um dos dois campos, ou seja, os conceitos que davam estrutura e organicidade a estas discussões eram oriundos das teorias de autores como: Piaget, Skinner e Vigotski, (ligados ao campo da psicologia da educação) ou às análises de Bourdieu, Passeron, Alain Choppin e André Chervel (ligados ao campo da sociologia da educação). Aos referenciais oriundos da ciência histórica cabia a função de instrumento de espacialização teórica, cujo objetivo seria o de dar especificidade e identidade às discussões direcionadas ao ensino de História. Esta perspectiva dominou o campo de formação profissional da História até as últimas décadas do século XX. Noções como aprendizagem, didática e ensino eram apresentadas apenas em seus aspectos mais gerais e serviam de referência teórica e prática para todas as disciplinas da área de ensino (História, Geografia, Matemática, etc.). Um bom exemplo pode ser notado na forma como a disciplina didática era ministrada nos cursos de formação de professores, concebidos nesta modalidade como educadores

Ela (a didática) é ensinada, dentro dos currículos, separadamente das disciplinas profissionalizantes, quer seja nas licenciaturas em geral, quer seja nos cursos de pedagogia. Na prática do planejamento, execução e avaliação do ensino, superior ou médio, ela é apresentada como se fosse um conjunto de mecanismos assépticos e isolados de como fazer alguma coisa. (...) Mesmo existindo nos currículos disciplinas que discutiam os fundamentos da prática educacional, na maior parte das vezes, para não dizer sempre, ficam situadas como conteúdos a serem apreendidos isoladamente e não como posicionamentos a serem levados em consideração na prática diuturna do pesquisador. (LUCKESI, 2001, p 31)

A didática e, em decorrência, a noção de aprendizagem, conforme nos mostra Luckesi, são apresentadas como entes universais cuja aplicabilidade e conhecimento

independem da área onde são aplicadas provocando um descompasso entre a teoria e a prática profissional de ensino, mais precisamente, e no nosso caso, o professor de História. Convém lembrar que nas décadas de 80 e 90 do século XX a configuração dos cursos de formação gravitava em torno da cisão ensino/pesquisa ou, mais precisamente licenciado/bacharel.

Na primeira década do século XXI, estas discussões sofrem uma inversão. Tomando como ponto de partida, não mais os campos da Psicologia e da Pedagogia, mas os referenciais da Ciência Histórica, os conceitos acima mencionados passam a apontar para um novo paradigma nas discussões referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica. Segundo Maria Auxiliadora Schimidt o último quartel da década de 1990 e os primeiros anos deste século viram multiplicar-se os estudos referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica a partir dos referenciais da própria disciplina

No Brasil, as pesquisas sobre ensino e aprendizagem da História adquiriram grande impulso nas últimas décadas, o que pode ser observado pela expansão das linhas de pesquisa e pelo aumento da produção e da publicação nessa área. Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de História, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil. (SCHIMIDT, 2014, p 42).

O crescimento das pesquisas no campo do ensino e aprendizagem histórica no Brasil segue uma tendência iniciada na Europa de reposicionamento das discussões sobre a didática da História a partir da noção de Educação Histórica, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Estes três conceitos, observados sempre no plano relacional, tornar-se-ão centrais no desenvolvimento de teorias e metodologias específicas do campo da História.

As investigações e reflexões que têm ocorrido no âmbito do domínio teórico da Educação Histórica circunscrevem-se nas questões relacionadas aos estudos da consciência histórica como objeto e objetivo da didática da História, tendo como foco principal a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a consciência histórica passa a ser uma categoria que serve para a autoexplicação da História como disciplina escolar, para a sua identificação como uma matéria específica e com uma metodologia própria (SCHIMIDT, 2014, p 42).

A Educação Histórica, vista como campo amplo de estudo funciona como meio para a formação da Consciência Histórica e para o entendimento dos modos de ensinar os temas e assuntos pertinentes à disciplina História. Segundo Barca (2001, p 13) a Educação Histórica constrói-se no momento em que assumimos o Ensino de História como uma disciplina com fundamentação teórica própria, constituindo-se como teoria e aplicação à educação de princípios decorrentes da cognição histórica. A cognição histórica, por sua vez, consiste em um processo de aprendizado e elaboração do conhecimento altamente especializado

fundamental na formulação da Consciência Histórica. É a partir da Consciência Histórica que a Cultura Histórica se constrói, ou seja a Cultura Histórica consiste na aplicação prática da Consciência Histórica. É neste plano relacional que Educação Histórica, Consciência Histórica e Cultura Histórica atuam para a construção do conhecimento Histórico

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, pp36, 37).

Como vemos, Rüsen nos traz a necessidade de reorganizarmos os parâmetros epistemológicos que alicerçam o conhecimento Histórico apontando para a necessidade de reorganização de dois outros conceitos o de Didática da História e o de Aprendizagem Histórica. Ensinar História, para além da mera explicação do passado consiste, a partir desta reconfiguração conceitual, na adoção de um conjunto de desafios que conduzam o alunos a experienciar o seu tempo a partir da observação do tempo do outro, entendendo o seu lugar no tempo e criando perspectivas de futuro (RÜSEN, 2016). O pensamento histórico passa a ser concebido como um movimento mental extremamente dinâmico. A História, observada nesta perspectiva, deixa de ser entendida como um estudo cumulativo e linear, onde o entendimento do passado encerrava-se em si próprio. A História não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados (RÜSEN, 2016, p19).

A didática da História e a aprendizagem histórica assumiriam, a partir de então um protagonismo nos cursos de formação de professores de História. Tal protagonismo partiria da concepção da didática da História enquanto uma disciplina mediadora, ou seja uma disciplina que faria a mediação entre a teoria da História e as disciplinas ligadas a área de ensino de História. Para além da concepção da didática da História como um conjunto de métodos assépticos o que se impõe agora é a observação desta disciplina como um instrumento de construção do conhecimento histórico e como um vasto campo de pesquisa.

Assim, a didática coloca-se dentro dos parâmetros da metodização e da teorização da História, deixando de ser uma disciplina isolada no contexto do debate. A relação didática da História e da ciência histórica permite que a primeira torne relevante não apenas a pesquisa medial, mas sim, as categorias históricas que compõem a própria teorização da História. (CAIMI et al, 1999, pp 19-20).

A didática, enquanto disciplina e campo de pesquisa, incorpora ao seu campo epistemológico conceitos e métodos da ciência histórica atuando como um conjunto de

abordagens formalizadas direcionadas especificamente para o ensino da História na educação básica. Entendida como uma disciplina que possui em seu escopo elementos de pesquisa da vida prática, quer do profissional, quer do aluno da educação básica a didática da história constrói uma identidade vinculada “humbilicalmente” com a teoria da História, ou seja pesquisar, discutir e aplicar a didaticamente princípios educacionais no ensino de História só se torna possível se observados os princípios epistemológicos básicos da ciência histórica. A didática passa a desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. (RÜSEN, 2011).

A didática da História se situa nesta relação direta com a ciência da história, na medida que se concebe como ciência do aprendizado histórico e não como ciência da transmissão do conhecimento histórico produzido pela ciência da história. (RÜSEN, 2012, p 16).

Ou seja, a didática da história assume o papel de ciência do aprendizado histórico e a aprendizagem histórica, por sua vez, é concebida como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica (RÜSEN, 2012, p16). A aprendizagem histórica desenvolve-se na relação entre teoria histórica e vivência prática dos alunos, concretizando-se através de um conjunto de conceitos e competências históricas que se a apresentam no tempo. A aprendizagem histórica, liberada das amarras conceituais advindas da psicologia da aprendizagem, mas sem romper com elas, desenvolve-se enquanto um conjunto de operações mentais cognitivas determinados curricularmente pelo ensino de História. A aprendizagem histórica passa a agregar dois elementos inovadores (se assim podemos conceber): A experiência temporal e a localização espacial e teórica.

A experiência temporal consiste na observação do tempo em suas múltiplas dimensões: 1) O tempo passado ou do outro, aquele que é composto pelo conjunto de informações e análises que dá vida a ciência da história, as informações do passado, concebido aqui como um conjunto memorial e seletivo; 2) O tempo presente, o tempo do meu presente, aquele no qual eu me incluo e que constrói a minha localização espacial e a minha identificação primária. É neste tempo que as tensões e inquietações se colocam, é neste tempo que se apresentam duas noções estruturantes da teoria da história, a noção de verdade e de memória; 3) A relação dinâmica entre o passado e o presente produzindo as expectativas e ideias de futuro. Neste ponto observamos a construção de uma relação dinâmica entre memória, verdade, experiência e identidade. A observação dessas dimensões temporais são seguidas das noções de percepção, interpretação e motivação, fazendo com que a aprendizagem histórica articule constantemente conhecimento e experiência. A Narrativa histórica, a partir da noção de aprendizagem histórica, apresenta-se pois, como um processo mental, comucativamente realizado, no qual este contexto é criado, de forma que a experiência do passado torne-se a interpretação do presente e a

expectativa do futuro (RÜSEN, 2012, p75).

A localização espacial e teórica, pensada a partir da didática da história e da aprendizagem histórica situa-se na concepção de especialização do profissional ligado a área de ensino de História. Nesta perspectiva entende-se que para além da formação do profissional de História, existe a formação do professor de história. O profissional de História, neste sentido, seria o indivíduo formado na academia com funções gerais vinculado a análise dos princípios e fundamentos que perpassam todo tipo de conhecimento histórico, executando as suas atribuições a partir de um conjunto conceitual e metodológico advindo da teoria da História e da relação das mesmas com as disciplinas afins, numa interdisciplinaridade dinâmica e constante. O professor de História seria o profissional que, para além dos conhecimento dos princípios e fundamentos que perpassam a teoria da história, aplicaria estes princípios didaticamente, ou seja adotando a didática da História como campo de desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, concebendo a aprendizagem histórica como uma necessidade humana básica e intergeracional que se processa na relação entre professores e alunos.

A aprendizagem histórica consiste pois, em um processo que se estrutura através da ação desenvolvida no campo da didática da história de responsabilidade de professores profissionais, que formados enquanto historiadores profissionais especializam-se no campo da Educação Histórica, como idealizadores e operacionalizadores de conceitos e métodos ligados à didática da História, fundamentais para a formação da consciência histórica do aluno. Segundo Rüsen:

A relação da sociologia da cultura histórica com a Didática da História tem como resultado a aprendizagem. As disciplinas acadêmicas são respostas institucionalizadas para necessidades sociais. Os estudos históricos são uma resposta às questões sobre o tempo. Qual a questão respondida pela Didática da História? Nós precisamos de professores profissionais. Não só historiadores profissionais em sala de aula. O ponto de partida é a profissionalização de professores de história. Contamos com brilhantes teóricos do desenvolvimento da consciência moderna. Mas não existe nada parecido com o desenvolvimento da consciência histórica (2016, p 21).

A aprendizagem histórica, desenvolvida por professores profissionais, propicia ao aluno a ampliação do campo da experiência histórica através da noção das diversas dimensões temporais e do desenvolvimento da habilidade de compreender o passado como um construto memorial seletivo fundamental para a compreensão dos aspectos formativos e identitários do presente. Ao compreender e compreender-se no presente, o aluno será capaz de articular estas dimensões temporais seletivas de forma dinâmica e criativa articulando compreensão do mundo e de sua própria identidade. É através destes mecanismos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos que o professor propicia ao aluno a possibilidade de Construir a habilidade de conformar as aspirações de cada um a

partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal (RÜSEN, 2016).

O estudo das conceitualizações e experiências ligadas à aprendizagem histórica, sob essa nova ótica, torna-se de vital importância para a renovação das discussões a respeito do ensino de História. É com este objetivo que a os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão apresentam aos leitores o Livro **“Aprendizagem Histórica: Entre Conceitos e Experiências”**. Esta coletânea tem por objetivo apresentar as diversas formas de operacionalização do processo de aprendizagem histórica levada a cabo por alunos e professores do Mestrado, e as discussões apresentadas o âmbito da disciplina didática da História, com destaque para os conceitos e metodologias que embasam as ações articuladas entre professores e alunos da educação básica.

No primeiro capítulo intitulado “Didática da História como Ciência da Aprendizagem Histórica: reflexões de estudiosos de campo” Sandra Regina Rodrigues dos Santos faz uma extensa apresentação das discussões e análises realizadas por intelectuais brasileiros sobre três conceitos basilares da obra de Jörn Rüsen: Educação Histórica, Consciência Histórica e Didática da História, com destaques para as contribuições de Maria Auxiliadora Schimidt, Luís Fernando Cerri, Oldimar Cardoso e Estevam Rezende Martins. Através da análise destes autores e da apresentação das práticas de leitura que os mesmos utilizam ao apropriarem-se dos conceitos Rusenianos, Sandra Regina demonstra como as estratégias da aprendizagem, uma vez ancoradas nestas referências conceituais, atuam tanto no campo da educação formal, mais especificamente no Ensino de História, quanto no campo da educação informal, possibilitando a formação da consciência histórica do aluno.

No segundo capítulo, intitulado “As escolas Históricas e suas Influências na Escrita da História e dos Livros Didáticos”, Julia Constança Pereira Camelo, faz uma relação entre o referencial teórico construído a partir do Positivismo, do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales e a forma de operacionalização dos mesmos na escrita da História e no ensino de História, com destaque para a escrita didática da História, ou seja aquela apresentada nos livros didáticos. Partindo da concepção de escola Histórica a autora apresenta os elementos que caracterizam uma escola histórica e as formas de ação conjunta que se apresenta nas mesmas, a partir deste ponto nomina as Escolas que servirão de referência, mais precisamente as escolas citadas acima, apontando as características mais gerais da cada escola analisada. Feito este exercício Júlia passa a buscar os elementos destas escolas presentes na escrita didática da História, apontando as diversas formas de operacionalização dos conceitos e as diversas estratégias encontradas pelos professores/autores para afirmar a sua escrita enquanto uma escrita didática que possibilite o processo de aprendizagem histórica do aluno. Este exercício consiste em uma análise fundamental do metamorfoseamento da escrita de referência, além de apontar as diversas m apropriações realizadas no âmbito da escrita didática.

No capítulo terceiro intitulado “Fragmentação, Superficialização e Controle: os manuais dos professores e a aprendizagem histórica”, Washington Tourinho Júnior define a relação entre os Manuais dos Professores, parte integrante dos Livros Didáticos utilizados pelos alunos e o processo de aprendizagem histórica. Constituídos com o objetivo de “facilitar e organizar” o trabalho realizado pelo professor dentro da sala de aula os manuais dos Professores vem assumindo um papel cada vez mais central na referência teórica do professor de História e, por conseguinte na relação ensino/aprendizagem. Transformados em um espaço de apresentação de conceitos, métodos, estratégias, temas e fontes ligados a teoria da História e à didática da História estes manuais passam a trazer no seu texto conceitos fundamentais para a aprendizagem histórica, apresentando autores de referência e fragmentos textuais, além de “sugestões” didáticas para o professor. Ao apresentar-se como um espaço de ampliação do conhecimento Os manuais dos Professores, estabelecem uma relação cada vez mais imbricada com os professores, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos e fragmentando o processo de aprendizagem histórica.

No quarto Capítulo Maria José dos Santos e Viviane Oliveira Barbosa, demonstram como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, específico para a formação de professores elaborou e operacionalizou um processo de aprendizagem interdisciplinar analisando o Projeto Pedagógico Curricular do referido curso. Sob o título “Aprendizagem Histórica na Licenciatura em Ciências Humanas: desafios e desdobramentos de uma nova proposta curricular docente em Bacabal-MA” as autoras fazem uma análise do processo de implementação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas destacando as propostas de aprendizagem e as experiências vividas pelo corpo docente e discente no primeiro triênio de atuação do curso (2010-2013). Ao analisarem as formas de operacionalização das diretrizes curriculares do curso, as autoras apontam para os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do PPC do curso na cidade de Bacabal, uma cidade de porte médio do estado do Maranhão, com uma população de 100.014 habitantes (de acordo com o censo de 2010, época da implantação do curso). Tal implementação, de acordo com as autoras repercute até hoje na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente se levarmos em conta a trajetória profissional dos egressos do curso e a construção de um novo olhar para os cursos de licenciatura na região. Com destaque para a atuação e o planejamento coletivo realizado a cada semestre, Maria José e Viviane demonstram como a implementação do PPC do curso de forma dialogada e estrategicamente estruturada possibilitou o desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica através da atuação marcante de professores profissionais junto ao corpo discente de forma direta e aos alunos da educação básica de forma indireta.

No quinto capítulo, Mary Angélica Costa Tourinho analisa como a aprendizagem cumpriu, no decorrer da História do Brasil republicano, a função de construção do ideário de modernidade, nacionalidade e patriotismo. Intitulado “Aprendizagem Higiênica, São e

Patriótica: uma análise do congresso pedagógico de 1920 em São Luís – MA”, o capítulo aborda as discussões sobre aprendizagem que aconteceram durante o Congresso Pedagógico realizado no Maranhão na década de 1920. Apoiado no ideário positivista o 1º Congresso Pedagógico do Maranhão discutiu ideias e princípios educacionais ancorados nos conceitos de modernização, civilidade, urbanismo, nacionalidade e patriotismo. A perspectiva de uma aprendizagem que pudesse dar conta destes conceitos apresentava-se sob a forma de uma educação técnico-científica que tinham por finalidade o desenvolvimento de sentimentos de civismo e patriotismo fundamentais para a “formação dos futuros cidadãos da república”. O conceito de aprendizagem, de matiz iluminista e positivista, teria por função a construção do cidadão ordeiro e patriota, através de um processo de modernização das instituições educacionais que passariam a funcionar em sintonia com as teorias aplicadas no continente europeu. Ao analisar as discussões ocorridas no Congresso Pedagógico Mary Angélica demonstra a relação entre aprendizagem e formação cidadã, próprio de uma república em processo de afirmação.

No sexto capítulo Marcelo Pagliosa Carvalho e Tanielle Cristina dos Anjos Abreu analisam o papel do racismo na educação brasileira e por conseguinte no processo de aprendizagem do aluno, apontado aqui como um processo desigual e excludente. Sob o título “Negação Histórica dos Direitos Humanos da População Negra: Políticas Públicas para uma educação Antirracista” os autores apontam o papel desempenhado pelo racismo na manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira com destaque para a educação histórica. Marcelo e Tanielle apontam o racismo como um elemento estruturante na formulação do discurso pedagógico nacional, atuando como um elemento proliferador de diferenças no campo educacional e operacionalizador de uma aprendizagem histórica descaracterizadora do sujeito enquanto ser social diverso e altérico. Analisando princípios estabelecidos na Constituição Federal e as premissas estabelecidas na carta de direitos da ONU, os autores propõem todo um conjunto de práticas e estratégias que promovam uma inversão das políticas públicas no campo da educação buscando a construção de uma consciência histórica de acordo com a multiplicidade formativa da sociedade brasileira, em especial a população negra. Para tanto, apontam para a construção de uma aprendizagem histórica que rompa com o caráter excludente, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

No sétimo capítulo intitulado “Projeto foco acadêmico – Eixo ensino (UFMA): Experiências no campo da História”, Marize Helena de Campos e Adriana Regina Oliveira Coelho apresentam uma experiência de trabalho com foco na Didática da História e na aprendizagem histórica. Analisando o papel desempenhado pelo projeto foco acadêmico, que consiste em um projeto de assistência estudantil que objetiva manter o aluno vinculado ao curso por meio de concessão de bolsas de estudo e trabalho, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento de atividades nas áreas de pesquisa e extensão, as autoras descrevem as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto “brinquedos que contam história: elementos

para um ensino-aprendizagem humano, criativo e dialogal. Partindo da historização da assistência estudantil no âmbito da educação nacional e da UFMA, Marize e Adriana, apontam o papel histórico desempenhado pela assistência estudantil e o impacto destes projetos na comunidade em que são aplicados. Do ponto de vista da aprendizagem histórica demonstram como a utilização de aspectos lúdicos, desde que obedecendo critérios epistemológicos e metodológicos da disciplina de referência (História) e do campo da pedagogia, tornam-se instrumentos fundamentais na formação da consciência histórica, através da adoção de uma didática da História e da operacionalização da aprendizagem histórica, campos fundamentais para a valorização do ensino de História e para a formação de uma cultura histórica.

No oitavo capítulo, intitulado “Experiências Formativas e Práticas Docentes no Ensino Superior: O PAFOR/História no município de Urbano Santos – Maranhão”, Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo aponta o papel desempenhado pelo Programa de Formação de Professores na especialização dos profissionais ligados a área de ensino de História. Com o objetivo de possibilitar aos professores atuantes na educação básica dos diversos municípios brasileiros, o PAFOR apresenta-se como um instrumento fundamental na profissionalização e especialização de professores ligados a área de História na educação básica. Como destaque neste capítulo a autora apresenta a readaptação do programa durante o período pandêmico e como, mesmo durante o fechamento temporário das universidades o PAFOR continuou cumprindo a tarefa de formar professores profissionais que possam atuar ativamente no campo da educação histórica possibilitando a formação de uma consciência histórica a partir da utilização da didática da história e da construção do processo de aprendizagem histórica, mesmo em meio a pandemia de COVID 19.

No nono capítulo os autores Rogério de Carvalho Veras e Larissa Aryane Lima Araújo analisam o uso de métodos interdisciplinares como forma de valorização do ensino de História e de aplicação de uma didática da História. Intitulado “Mestres Ouvintes: Concepções acerca do papel do “Historiador” a partir do poema Drummoniano” o capítulo aponta para o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento histórico. Tomando por base o poema “Historiador” de Carlos Drummond de Andrade, os autores constroem um conjunto analítico tomando como referência o poema citado para, a partir dele, discutir aspectos fundamentais para a História como: o significado do Historiador para a sociedade, os aspectos fundantes da disciplina História e principalmente qual trabalho deve ser desenvolvido por este profissional do conhecimento. Partindo das interpretações feitas por Anibal Quijano, Henrique Dussel e Erick Hobsbawm, os autores, a partir do poema citado, tentam responder estas questões e suscitar um debate central na sociedade contemporânea, cabe ao historiador atender as demandas do grande capital, ou entranhar-se nos debates e demandas que se apresentam no campo da diversidade e da Colonialidade?

No décimo capítulo os autores Antônia da Silva Mota e Flaviomiro Silva Mendonça apresentam um exemplo de educação patrimonial como meio para a construção da consciência histórica do aluno. Com o título “Educação Patrimonial na Área Itaqui-Bacanga MA: Conscientizar para preservar”, os autores demonstram como a interdisciplinaridade consiste em uma ferramenta indispensável para a didática da História e, por conseguinte, para a aprendizagem histórica. O capítulo remete a um projeto de educação patrimonial desenvolvido em uma escola comunitária do bairro Itaqui-Bacanga. Conhecido pela extensa dimensão territorial e pelo elevado contingente populacional o Bairro/objeto foi transformado em um campo de educação interdisciplinar que agregava ao mesmo tempo a educação patrimonial e a educação histórica. Partindo da História do Bairro e da apresentação da sua configuração sociocultural os autores utilizam-se da didática da História para formação da consciência histórica dos alunos envolvidos, através do despertar do sentimento de pertença e da valorização do patrimônio material e imaterial do bairro, elevando sobremaneira a autoestima dos alunos. Ao buscar na Educação Patrimonial os mecanismos para a aprendizagem histórica os autores apontam o papel fundamental da associação de conceitos e metodologias sem a perda da identidade disciplinar.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Educação Histórica, Uma Nova Área de Investigação. In **História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. 2. 2001. P 13-21. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em 21/10/2001
- CAIMI, Eloísa Flávia Et. Al (org). **O livro didático e o Currículo de História em transição**. Passo Fundo. EDUPF. 1999.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da Didática na Formação do Educador. In CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001. pp 25-34.
- RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: A Relação entre a didática da História e a Meta-História. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen, Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2016. pp 13-42.
- _____. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Host Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2012.
- _____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. pp 23-40.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In OLIVEIRA, Carla Mary S e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa. Ed. UFPB. 2014. pp 39-64.

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

Doutora em História Social UNESP

Professora Adjunta UESPI

Professora do Profhistória/UESPI

INTRODUÇÃO

República, ordem, progresso, ciência, higiene, salubridade, desenvolvimento social e educação eficazes, foram temáticas de discursos proferidos por políticos e intelectuais de diversas áreas, nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Desde a proclamação da República, evidenciavam-se as ideias de mudanças. Constituindo-se o ideário de que o novo regime extirparia todos os históricos problemas, que nos afastava de uma sociedade “civilizada”.

O século XX chegara com conhecimentos que exigiam a especialização dos espaços e das funções, daí a necessidade de preparar a sociedade para integrar-se a esse projeto de modernização que se visibilizava por meio de serviços de infraestrutura e de debates sobre a educação. Centros urbanos buscavam adequações a essa ordem por meio de ajardinamentos, melhorias sanitárias, iluminação pública e a construção de prédios que

significassem essa ordem: passeios públicos, avenidas praças, bibliotecas, grupos escolares a modernização dos prédios destinados à educação.

Os debates em torno das potencialidades brasileiras procuravam saídas para o que era considerado limitações ao desenvolvimento do país, manifestas nos discursos propalados por meio da imprensa. Considerava-se a grande extensão do país; um “aprimoramento da raça”, levando-se em conta o aspecto étnico miscigenado; a necessidade de construir referenciais de salubridade e vigor físico, instrumentos da estruturação de um ideário de nação. Diante das dificuldades, uma das ações para a reparação dos históricos problemas, seria o investimento na instrução, começando-se desde a infância esse projeto por meio das escolas e novas metodologias. No Maranhão, todos esses debates encontravam ressonância na imprensa, tanto pela pena de articulistas locais, quanto pelos artigos transcritos de jornais da capital federal e outros centros ocidentais.

A escolarização seria indispensável para inculcação de conhecimentos que tornassem possível uma população mais instruída, físico e moralmente saudáveis e patrióticos. Esse ideário avançou em todas as áreas do conhecimento, entre as últimas décadas do século XIX, avançando pela primeira metade do século XX.

Fran Paxeco¹, que atuou em diversas áreas ligadas a educação no Maranhão, e tinha espaço costumeiro na imprensa de São Luís, foi um dos entusiastas dessas mudanças. Por meio de um artigo intitulado “A higiene escolar”, que tratava sobre o “terceiro congresso internacional de higiene escolar”, que ocorrera em Paris, na universidade de Sorbonne, ele assim concluiu o referido artigo (PACOTILHA, 1910, p.1): “E a pedagogia, de acordo com os médicos, os engenheiros e os políticos, arejando os edifícios escolares e os peitos dos alunos, contribuindo poderosamente para a higienização dos paizes e depuramento das raças”.

Higiene e civilidade em toda a sua plenitude, levou à necessidade de reformulação de espaços, sob orientações arquitetônicas que ganhavam visibilidade por meio dos grupos escolares, e de práticas educacionais, sendo necessário preparar, dentro dos novos princípios do conhecimento, professores e professoras mais especializados.

Um dos pensamentos comuns a esse contexto, o positivismo, impunha a necessidade de uma educação técnico-científica, com a ideia de elevação e desenvolvimento, acompanhada de outras manifestações educacionais com finalidade cívico-patriótico. O movimento de “entusiasmo pedagógico” foi um marco desse projeto de modernização das instituições educacionais. Associado à influência de escolas de pensamento estrangeiras, apresentavam novos métodos de educação, ideologias sociais que eram confluências de estudos da psicologia, sociologia e da medicina social. Como observa Nagle (1974, p. 263 – 264) analisando esse contexto educacional:

Alarga-se o grupo de profissionais interessados no problema da educação – é nessa década justamente, que aparecem os “educadores profissionais”. Multiplicam-se, significativamente, as obras sobre o assunto, até pela criação de serviços editoriais pioneiros como a Biblioteca de Educação e a Coleção Pedagógica; o setor de revistas experimenta uma nova fase, de aumento quantitativo e mudanças qualitativas. Também crescem em número e qualidade os congressos, inquéritos e conferências, debatendo os mais variados problemas educacionais [...].

Eram ações consideradas por Nagle (1974) como: “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, que demarcaram suas ações, considerando a necessidade de debates sobre a instrução institucionalizada, que deveria pensar sobre subsídios que tornassem possíveis a humanização - sob parâmetros iluministas – e o desenvolvimento do Brasil. Seguindo essa orientação em setembro de 1883, ocorreu a primeira Exposição Pedagógica da cidade do Rio de Janeiro, com participação de diversos países europeus e americanos (BRAGHINI & LIMA, 2019). Esse movimento também mobilizou um mercado

1 Manuel Francisco Pacheco (1874- 1952), conhecido como Fran Paxeco, era português e chegou ao Maranhão em 1900. Intelectual atuou no ramo da educação, do Direito e das letras no Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e Lisboa. Também atuou em funções diplomáticas. Disponível: <http://www.academiamaranhense.org.br/manuel-francisco-pacheco/>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

editorial que buscou um público que tinha mais acesso ao letramento, aparecendo nesse contexto, publicações voltadas para a questão educacional, a exemplo dos trabalhos publicados por Pedro de Alcântara Garcia² - já falecido nessa data - que teve um dos seus textos publicados no jornal *Pacotilha*, onde, fazia críticas aos exames públicos, que para ele só fomentavam vaidades e a memorização, sendo portanto, condenados pelas autoridades pedagógicas modernas e apontava:

Perturbando, com exames, a marcha normal das escolas, fomenta-se nas crianças a vaidade, e ao mesmo tempo se cultivam nelas determinadas faculdades mentaes – a memória por exemplo – com detrimento de outras mais importantes, como por exemplo – o juízo, o raciocínio, o espírito de observação e de investigação, etc., com que o ensino se torna inteiramente memorista, verbalista e dogmático, e em nada se atende à verdadeira educação (PACOTILHA, 19 de nov. de 1910, p.1).

A educação deveria ser desenvolvida por meio de uma “pedagogia moderna” e de metodologias mais adequadas para que acontecesse uma efetiva aprendizagem. Tudo isso estava aliada à ideia da formação de um povo e debates sobre progresso. No Brasil, assim como no Maranhão, essas ideias chegaram a princípio por meio das ideias de Pestalozzi, traduzidas em um livro produzido por Rui Barbosa, denominado de “Primeiras lições de coisas” (GASPARIN, 2010). É importante trazer parte das ideias de Pestalozzi, para entendermos como elas se imiscuem em diversas falas apresentadas professores(as) no Maranhão durante o primeiro Congresso Pedagógico:

Pestalozzi queria descobrir as leis de acordo com as quais a criança se desenvolve. Segundo ele, essas leis são tão bem definidas como as do mundo físico. Afirmava que o organismo possui três aspectos básicos: intelectual, físico e moral. Popularmente, esses aspectos denominam-se: cabeça, mão e coração. Cada um se desenvolve à sua maneira, conforme leis que podem ser comprovadas. Encontrar essas leis e usá-las adequadamente na instrução das crianças é tarefa da escola. A partir deste desenvolvimento orgânico, Pestalozzi deduz os princípios gerais de seu método de formação e instrução, no qual os três aspectos devem se desenvolver em harmonia. Contudo, a primazia é sempre da moral; os dois outros lhe são subordinados (GASPARIN, 2010, p. 39).

No Congresso Pedagógico, que ocorreu em 1920, no Maranhão, tivemos debates sobre a pedagogia moderna, novas abordagens em diversas disciplinas, a melhor forma de desenvolver a aprendizagem junto às crianças, caixas escolares, destinadas à manutenção das escolas e ainda sobre as condições das mesmas. Corriqueiramente, eram denunciadas na imprensa maranhense, as péssimas condições de funcionamento de prédios, a falta de materiais pedagógicos e a carência de professores - principalmente professoras - com formação adequada, para suprir as instituições escolares do Maranhão.

² Pedro de Alcântara Garcia (1842 – 1906), foi um pedagogo espanhol que produziu vasta obra sobre educação, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, e um grande entusiasta dos congressos pedagógicos.

O CONGRESSO PEDAGÓGICO DE SÃO LUÍS EM 1920 EM SÃO LUÍS

A capital do Maranhão, São Luís, acompanhou a urbanização que tomava alguns centros, procurou acompanhar os novos tempos republicanos, desenvolvendo serviços de infraestrutura mais modernos e procurando mapear os problemas que impediam o desenvolvimento do estado, sendo a educação detectada como um deles.

Jornais da capital indicavam a efervescência que se desenvolvia no setor educacional, trazendo referências aos novos métodos e fundações de instituições escolares em outros países, de lançamentos de livros e fazendo divulgações de palestras; divulgava teorias, propostas curriculares e novas experiências educacionais.

O Congresso Pedagógico de 1920, de iniciativa de Fran Paxeco - que, dentre outras funções, ocupou o cargo de professor da Faculdade de Direito do Maranhão e do Liceu Maranhense - foi um dos pontos culminantes nessa atmosfera. Em 1919, o jornal *Pacotilha* trouxe referências sobre uma reunião que ocorreu na Faculdade de Direito. Embora a finalidade fosse buscar subsídios junto ao Congresso Estadual para esta instituição, tratou-se pela primeira vez da realização do Congresso Pedagógico:

O mesmo professor (Fran Paxeco), propôs que se realizasse aqui, em fevereiro do ano vindouro, um congresso pedagógico, e que, como trabalho preparatório do centenário da Independência, se iniciasse uma série de palestras (PACOTILHA, 18 de ago. 1919, p.1).

Em números subsequentes os jornais continuaram a tratar sobre o congresso, evidenciando a organização que estava em curso, como podemos observar na notícia seguinte: “Hoje às 19 horas, reúnem-se as comissões organizadoras das conferências e do congresso pedagógico, a realizar-se em fevereiro de 1920” (PACOTILHA, 30 de ago. de 1920, p. 4). Cabe salientar que as reuniões referentes ao congresso, aconteciam sob a coordenação da Faculdade de Direito no Centro Republicano Português³.

O jornal *Pacotilha* (01 de setembro de 1919, p.4), trouxe os organizadores – Alcides Pereira, Abranches Moura, Fran Paxeco, Carlos Reis e Costa Gomes (Comissão de Conferências); Godofredo Viana, Fabiano Vieira e Antônio Lopes (Comissão Organizadora do Congresso). O mesmo jornal (3 de set. 1919, p. 1), ainda trouxe a divisão das cinco seções: “nas quais se estudará a educação sob os pontos de vista – físico, intelectual, técnico, moral, estético”. Também os estudos que seriam contemplados sobre: “liceus, escolas normais e faculdades, das atribuições da União, do estado e do município, em matéria de ensino, livros didáticos, exames, etc”.

Em edições subsequentes a *Pacotilha*, são feitas inúmeras referências ao congresso pedagógico, observando-se um expressivo número de palestras preparatórias

³ O jornal *Pacotilha* (9 de mar. de 1922, p. 2), traz referência à fundação do Centro Republicano Português - com sede na Praça João Lisboa - em 31 de janeiro de 1911. Em 1918, esta instituição acolheu no mesmo prédio, a Faculdade de Direito.

que versavam sobre taxa escolar, havia uma grande preocupação com a manutenção das escolas, psicologia da educação.

A à extensão e multiplicidades dos trabalhos propostos no congresso permitem análises variadas sobre o contexto social, econômico, político e ideológico do período, porém, nos deteremos nas questões educacionais que apresentem um teor normativo com relação à necessidade de formação de homens e mulheres física e intelectualmente úteis à nova ordem republicana.

A importância do Primeiro Congresso Pedagógico pode ser percebida por meio das sistemáticas alusões ao evento, com cobertura da *Pacotilha*, evidenciando os convites, adesões e ações desenvolvidas, tanto antes quanto durante a sua realização. O anúncio de como seria a instalação dos trabalhos também mereceu destaque nesse jornal:

No salão nobre da municipalidade, abre-se amanhã, às 15 horas, esta auspiciosa assembleia, de que devem derivar sérios proveitos para a cultura estadual.

Duas comissões convidam as autoridades civis e militares, as famílias e a imprensa.

A'quela hora, achar-se-ão formadas, na Avenida Maranhense, as numerosas crianças dos estabelecimentos sanluizenses de ensino. Os alunos da Faculdade de Direito, do Liceu e do Curso profissional, etc, também comparecerão (PACOTILHA, 21 de fev. de 1920, p.4).

A realização do Congresso pedagógico contou com a participação de diversas instituições e professores e professoras oriundos(as) de diferentes municípios do estado – o que pode ser acompanhado pelas diversas alusões feitas pelo jornal *Pacotilha*, que trazia as sistemáticas adesões que foram feitas, a medida o congresso se aproximava da sua realização - e com apresentação de trabalhos dos seguintes professores(as), com mais de um trabalho em todas as seções. Foram elas Rosa Castro, Hermíndia Augusta Soares Ferreira e Zila Paes. Entre os homens os que mais se destacaram foram Fran Paxeco, idealizador, maior conferencista do evento e orador da abertura dos trabalhos, Antônio Bona, Paulo Domingos (irmão marista), Antônio Lopes, Justo Jansen Ferreira, Cesário Veras, Manoel Cícero Peregrino da Silva e Corrêa de Araújo.

Cabe destacar uma efetiva participação das mulheres professoras, o que acabou por merecer um destaque no editorial da *Pacotilha*, intitulado de “Uma tentativa”, quando tratou do encerramento do congresso, que aconteceria no dia seguinte a essa publicação. Dizia o editor, fazendo uma avaliação do evento, tratando sobre as discussões ali efetivadas e a importância das relações entre as questões sociais e pedagógicas o seguinte:

Frisaremos, no entanto, que reverte em prol das professoras a melhor porcentagem de simpatia e dedicação por semelhantes assuntos. São elas, de resto, as verdadeiras educadoras. No decorrer dos tempos, hão de

tomar aos homens o papel que lhes cabe hoje, nesse melindroso ramo das atividades humanas (PACOTILHA, 1 de mar. de 1920, p.1).

A despeito da simpatia, do melindroso e da ausência de menção à qualificação que vinha se constituindo por meio das escolas normais, o autor aponta a efetiva ação educacional exercida por mulheres, observando um processo de feminização que se desenvolvia nessa área.

De modo geral os discursos proferidos encaminhavam-se: aos professores(as)⁴, pois, esperava-se que influenciassem com a sua autoridade e conhecimento, a educação da sociedade para além do espaço escolar; e ao estado, que deveria pensar sobre meios de melhor estruturar escolas e modernizar o ensino, como bem evidencia o editorial – O Congresso Pedagógico - publicado na *Pacotilha* (21 de fev. de 1920):

Abandonemos o terreno movediço das divagações, e comuniquemo-nos, em comum, o que estudamos, o que observamos. Enumere-se o que há de absurdo na organização das escolas, de caótico em diversos métodos, de lacunoso nos aprestos didáticos, de côxo mobiliário, de nocivo na sobrecarga espalhafatosa dos programas, de aberrativo nos vencimentos do magistério primário.

Acentua-se que existe de irregular nas verbas de material e pessoal, sempre num flagrante desequilíbrio.

A crítica à falta da “cadeira de psicologia”, também se destacou no editorial que construiu um discurso que pensava sobre a superação dos entraves sob a orientação dos novos estudos pedagógicos. A exemplo do que acontecia em outros centros do país, a tônica dos discursos educacionais propostos no Congresso Pedagógico de 1920, se voltavam para a necessidade de *inculcação*⁵ da nova ordem, assentada em referenciais de conhecimento na área educativa, conforme observamos em outro momento do editorial já citado:

Para conhecer os meios da pedagogia, é necessário ser pedagogo, ser psicólogo; para determinar os fins da instrução dum povo, é necessário ser filósofo primeiro e sociólogo depois. Mas não é só isso: é imprescindível ter visto o mundo, saber que diretrizes entram em jogo, no viver moderno da sociedade (PACOTILHA, 21 de fev. de 1920).

O conhecimento produzido à época marcava as discussões e garantia a inserção do Maranhão no projeto de nação moderna que avançava, pelos menos em centros urbanizados, e exigia que profissionais da educação se preparassem à luz da ciência, bem

4 Apesar de fazermos uso da linguagem inclusiva, o termo professora não era comum no contexto analisado, a não ser que viesse precedendo um nome feminino. Isso nos faz perceber: “A linguagem é a marca mais notória da cultura. [...] Pensamento é sempre pensamento acerca de alguma coisa e, por isso mesmo, consiste em linguagem, que não é um mero subproduto do pensamento. É na e pela linguagem que se pode não somente expressar ideias e conceitos, mas significar como um comportamento a ser compreendido, isto é, como comportamento que provoça relações e reações”. [...] Ver: ARAÚJO, Inês Lacerda. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem. 2004, p.9.
5 Ver: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003

como das novas experiências que se derramaram por todas as seções do congresso.

A APRENDIZAGEM POR MEIO DO ENSINO INTUITIVO: JOGOS, EXERCÍCIOS E HISTÓRIA NACIONAL

A sociedade foi convocada a um esforço educativo patriótico. Se denunciava os perigos da ignorância dos pais, os primeiros responsáveis pela formação das crianças, e cobrou-se a necessidade de instrução para melhor formar os indivíduos, que deveriam ser disciplinados e preparados para servirem a uma estrutura organizada e saudável. A inabilidade e desconhecimento das novas pedagogias, atrapalharia o projeto de sociedade que se vislumbrava, conforme observamos em conferência proferida por Antônio Bona intitulada: *A escola e a educação: sobre as bases da psicologia*:

Lancem-se os olhos sobre uma jovem mãe e sobre a maneira por que ela dirige a ama dos seus filhos, observa Spencer; atente-se na sua ação sobre um caráter que se desenvolve e que é submetido à sua guarda, aos seus cuidados; que ignorância ela revela a respeito dos fatos que deve dirigir, e, ao mesmo tempo, que grave cegueira nessa direção, para cujo êxito se exigem uma clarevidência e uma lucidez que só os mais aptos possuem. São inevitáveis os resultados desastrosos, de que somos testemunha todos os dias. [...]. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 149 a 150).

Continua Antônio Bona, observando que a escola seria por excelência, o espaço capaz de suprir - se alicerçada nos novos conhecimentos e estruturada materialmente pelo Estado - deficiências inerentes aos outros locais de convivência das crianças e dos jovens:

Só na escola, portanto, é viável, a sistematização educativa. Durante o período escolar, que é de muitos anos, a criança, por várias horas do dia, tem a sua vida regulada e policiada, adquirindo, então, no convívio dos seus condiscípulos, na sociedade em miniatura que é a escola, os bons hábitos e os bons princípios de que se há-de acompanhar em toda a sua vida. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920. p.149 a 150).

Bona fazia uma efusiva defesa do ensino intuitivo, e da educação como responsável pela elevação moral e encerrava de modo eloquente a sua conferência, observando que a educação ideal cuidava da formação das crianças, por meios de professores bem instruídos que levantariam: “o Maranhão do abatimento moral em que se enerva, para leva-lo nos seus ombros heroicos ao futuro luminoso que já lhe designou a grandeza do seu passado, cheio de glórias” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920. p.149 a 150).

O espaço escolar seria “inculcador” de um modelo que deveria orientar o indivíduo, possibilitando ao mesmo, integrar-se aos valores que fundamentavam uma ordem social considerada mais saudável e higiênica, estando principalmente as professoras que atuavam no ensino primário, atentas a esse projeto, como bem observa a professora Hemíndia Augusta Soares Ferreira, em palestra intitulada “Sobre a cultura física: “Higiene escolar

e doméstica – Limpar os dentes, as unhas, pentear-se, antes de ir para escola. Quando um aluno estiver inativo, deve-se inspecioná-lo, porque, doente o físico, enfermo ficará o espírito” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 19). O cuidado com a educação se dirigia principalmente às crianças e por conseqüência, aos que tinham a responsabilidade na sua formação. Em se tratando do foro privado, a mãe, e do público, o(a) professor(a) primário, sendo necessário portanto, preparar de forma mais profissional os que iriam assumir a tarefa de ensina-las.

Nesse contexto, cabiam às Escolas Normais, no âmbito do Estado, a responsabilidade pelo exercício dessa pedagogia moderna, permitindo-se em tese, aos que se formavam nessa instituição, instrumental teórico e metodológico para exercer a função de geradora e gestora de poder e influência neste *mister*, assunto tratado no capítulo dos anais do congresso intitulado de “Teses especiais”. O fragmento que segue fez parte do relatório geral redigidos por Godofredo Viana, Joaquim de Oliveira Santos, Cesário dos Santos Veràs e o Professor Osório Anquiêta⁶:

Não haverá pedagogo que não raciocine assim. A metodologia exerce o papel soberano, em quanto concerne ao *mistér* de ensinar. Mas o curso de professores daqui liga-lhe um zelo mínimo, como se dá na metrópole da República. Recorramos ao testemunho duma gazeta de lá: “o erro fundamental, que tem prejudicado, ultimamente, todo o ensino da Escola Normal, no Rio de Janeiro, foi a ideia extravagante de fazer de uma escola, destinada à formação de professores, uma escola de cultura um centro de altos estudos. [...] A censura ajusta-se à de cá, aduzindo-se-lhe a reconhecida agravante de se estar num meio de muito menores proporções, faltando os recursos de todo o gênero. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920. p.231)

A Escola Normal do Estado era alvo de constantes preocupações já que era necessário dota-la de condições materiais para desenvolver as novas metodologias e aprimorar o seu ensino de modo que se profissionalizasse. Valdemarin, (2004, p.75) observa que a função dessas escolas se voltava para a formação de “professores para o desempenho pedagógico calcado no humanismo, na competência e nos valores sociais”. Portanto, buscar metodologias que possibilitassem uma instrução mais eficiente,

Em se tratando da questão do método é importante destacar que no Maranhão, nesse contexto, assim como os outros estados do Brasil, se discutia em espaços mais profissionais, o ensino intuitivo, também denominado de “lições de coisas”, que chegou ao Brasil no final do século XIX e atuou de forma expressiva, até a década de XX. Como observa Vera Teresa Valdemarin (2001, p. 158-159):

No cerne da renovação pedagógica, encontra-se a elaboração e difusão de um novo método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado “ensino pelo aspecto”, “lições de coisas” ou “ensino intuitivo”. O novo método pode ser

⁶ Esses professores compuseram a Comissão organizada pelo Presidente do Estado, Urbano Santos, encarregada da Reforma do Ensino Primário, em 1920. Ver: *Pacotilha* (6 de abr. de 1920, p.1)

sintetizado em dois termos: observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta. Aliando observação e trabalho numa mesma atividade, o método intuitivo pretende direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação gere o raciocínio e o trabalho prepare o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir.

Em diversos momentos do congresso, em diferentes disciplinas, são feitas alusões a esse método de aprendizagem, como podemos observar na conferência proferida por Antônio Lopes, que tratou sobre “O ensino da geografia na escola primária”:

Este método, todo muito natural, em rigorosas lições de coisas, tem uma vantagem: é mais fácil de aplicar, para qualquer professor, porque não exige muita habilidade. É um estudo objetivo das coisas que vão servir de pórtico, de base ao estudo da geografia, no terceiro ano (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p.95).

A geografia, assim como as demais disciplinas, deveria partir sempre do que era mais próximo para o mais distante, pois: “A base para o estudo da geografia deve ser a experiência atual” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 2020, p. 97). A formação de professores, com base nos novos métodos de aprendizagem, se fazia necessário, considerando que só seria bem efetivado esse conhecimento, sob a intermediação de professores(as).

A geografia tomava um espaço expressivo no contexto, chegando-se a considerar a história como o conhecimento que corporificava “a geografia do tempo”, e isso foi apresentado no congresso por meio da conferência proferida por Fran Paxeco, intitulada “A geografia e a história”. Embora o pensamento circundante fosse o positivismo, sendo observada a transformação da história em um estudo científico, a relação da história com a geografia foi muito demarcada no congresso - apontando para um caminho que vai ser trilhado mais tarde pela escola dos Annales – evidenciando-se a influência de Paulo Vidal de la Blanche:

A história, por seu lado, deixa de ser a descritiva de factos, frequentes vezes inexplicados ou inexplicáveis. Circunda-se de uma nova luz, metodiza-se, engrandece-se, ascende à mais subida e à mais verídica das filosofias. Converte-se, inegavelmente, em mestra da vida. Num idêntico propósito, Jean Brunhes preconiza que a história se faz, dia a dia, mais geográfica. Não só a exemplo de Michelet, e utilizando todas as contribuições desta sugestiva categoria de estudos, encetam as obras de história com um prêmio geográfico como a França de Paulo Vidal de la Blanche [...] (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 2020, p. 109).

Apesar de se perceber no texto a influência de diversas temporalidades, deve-se considerar a atualidade do debate que se desenvolvia na França, importante referência para os estudos históricos no Brasil.

Fran Paxeco apresentando o “Relatório geral” do Congresso pedagógico (1920, p. 230), reforçou a necessidade do que a época era a metodologia mais moderna: “Há dois elementos capitais a balancear-se, numa boa engrenagem pedagógica – a organização e os métodos. O êxito derivará destes. Os programas, os exames, e os instrumentos, para as verdadeiras lições de coisas [...]”.

Em 1922, ações que objetivaram a adoção das novas metodologias para o ensino intuitivo, apareceram entre as iniciativas da gestão municipal em São Luís. Em mensagem (7 de out. de 1922), publicada na *Pacotilha*, o prefeito municipal, apresentando ações sobre a instrução pública diz, em meio à outras informações o seguinte:

Para as escolas recentemente criadas, de tipo colectivo, adquiriu-se material escolar moderno e higiênico, representado por um bom número de carteiras norte-americanas ou nacionais e tudo mais que foi necessário: quadros-negros, mapas geográficos e cosmográficos, globos, quadros-murais para as lições de coisas, quadros para o ensino de linguagens e cálculos, contadores, estantes ou armários, cabides lavatórios, filtros, etc. As aulas de trabalhos manuais foram providas de material necessário aos seus misteres (PACOTILHA, 21 de out. de 1922, p. 4).

Cabe considerar que o ensino intuitivo trazia na sua estrutura, além da necessidade do conhecimento de psicologia, a defesa da puericultura e higiene como pilares da nova perspectiva educacional, o que aparece com muita força nos trabalhos apresentados. Disciplinar as crianças, contribuiria para o equilíbrio social. Portanto, as ações voltadas para educação deveriam contemplar também, os despossuídos de sorte, tornando-os indivíduos produtivos e integrados no projeto de ordem e desenvolvimento.

Historicamente no Brasil, com uma tradição bacharelesca, desqualificava-se a educação voltada para o trabalho e muitas atividades profissionais, eram vistas como ideais só para os desvalidos. Eram pensadas para uma população mais pobre, cuja única alternativa de sobreviver com essa condição, seria preparar-se, desde a mais tenra idade, para uma atividade profissional manual e tornar-se um artífice. Essa preocupação no contexto analisado evidencia-se através dos movimentos reformistas pensados nos estados, que mantêm, excetuando-se algumas iniciativas, a imagem da “ação educativa regeneradora”, por meio das escolas de educandos e artífices, do ensino técnico industrial, agrícola e comercial, conforme defendia Fran Paxeco:

Chegou a hora de restabelecer oficinas e aulas dessa espécie, ampliando e difundindo as escolas de aprendizes e artífices, mas apondo-lhe internatos. Repousa nisso de resto, no patrocínio e assistência aos sem-pão do corpo, nem do espírito, uma das mais subidas e dignificadoras funções do estado, um dos supremos deveres dos que governam.

Nesses cardumes de gavroches, dissolve-se uma grande massa de entes prestimosos, de inteligências que se perderão, baldas de meios para se ilustrar, braços precisos de quem os ensine a entrega-se, com gosto e destrêsa, ao alívio da fortuna. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

Texto bastante expressivo, que oficializava, como observa Otaíza Romanelli (1999), uma prática de que à classe dominante cabiam as escolas secundárias acadêmicas e superiores, e aos pobres que conseguiam esse privilégio de estudar, a escola primária e a escola profissional (ROMANELLI, 1999, p. 41).

A disciplina de História, como parte do escopo da formação do indivíduo patriótico, também foi alvo de debate e referência no Congresso, por meio do trabalho de Paulo Domingues, que fazia a defesa de uma educação nacional, fomentadora do patriotismo com o estudo “dos homens célebres, monumentos e literatura (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920).

Na quarta seção, que tratava sobre educação moral, o discurso da formação patriótica toma dimensões mais diretas. Rosa Castro, apresentando trabalho sobre “A cultura moral”, expõe esses princípios considerando o tripé: família, escola, pátria. A criança é um “vindoiro cidadão”, sabendo equilibrar direitos e deveres sendo a escola:

[...] a continuadora do lar. Mas, para isso, deve haver a confraternização espontânea e sincera dos pais e mestres. Do culto da casa e da escola dimanarão o respeito e o amor à pátria, como o afeto à família e aos mestres será o ensaio e princípio do amor à humanidade. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 171).

Nos trabalhos do Congresso, além da escola, além de tomar para si a construção do cidadão ideal, também ajudava a modelar referenciais de gênero, ou seja, o ser homem e o ser mulher recebia o adendo nas instituições escolares por meio do currículo e dos discursos que afirmavam o que seriam as respectivas funções. A aprendizagem pensava, constituía ou corroborava a construção desses papéis. Papéis socialmente construídos, desenvolviam a idéia da universalidade e da naturalização manifestando “um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência” (BOURDIEU, 2002, p.16). Portanto, desde o início da formação escolar, os papéis deveriam ser diferenciados, possibilitando dessa forma uma perfeita articulação desses gêneros, na composição da ordem, conforme podemos observar em alguns trabalhos apresentados no mesmo.

Jogos e brinquedos. – patinar, nadar, navegar num reservatório instalado na escola, renovando-se a água por meio de torneiras, atirar ao alvo, montar em carneiros, são brinquedos muito divertidos e úteis. As meninas, além destes exercícios, também devem brincar, governando uma casa, servindo de professora, recebendo visitas, etc. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 50).

Cabe destacar como a função de professora⁷, já estava integrada ao imaginário

7 “Ao serem criadas as Escolas Normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento da demanda escolar, mas tal objetivo não foi alcançado, exatamente como se imaginava, pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens.” Ver: LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. p. 449 In: DEL PRIORE & BASSANEZI, Carla. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

feminino, sendo, portanto, permitido sonhar com a mesma, já que o discurso republicano sempre chamou a atenção para a necessidade de mulheres instruídas, que: “seriam as principais indicadas para se incumbirem em modelar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade” (VALDEMARIN, 2004, p.75).

A cultura física aparece como um elemento novo estando ligado à necessidade de se ter um país mais saudável, aplicando os princípios da “pedagogia racional” que utilizava conhecimentos sobre o comportamento físico e psíquico do ser humano, além das novas descobertas “do mundo microscópico” aplicando-os à educação, com o objetivo de alcançar melhores resultados junto aos educandos.

Jogos escolares – das memórias apresentadas a esta secção, a maioria alude a jogos escolares. Isso mostra que já se avalia, nesta nossa terra, como em todas as outras em que se pratica a pedagogia racional, o alto valor educativo de tais exercícios. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p.51)

Atividades físicas, mentais e higiênicas, passaram a integrar o cotidiano da escola como meio de ampliar as possibilidades de aprendizagem, e de desenvolver capacidades intelectuais e físicas dos indivíduos, que no futuro, seriam cidadãs e cidadãos do país. Vislumbra-se, por meio dos anais do congresso, contexto, uma preocupação com o bem estar físico das mulheres, que deveriam cuidar do corpo que iria abrigar um futuro filho da pátria, pois tendo a mãe hábitos saudáveis, aumentariam as possibilidades de gerar e criar filhos saudáveis.

10º. Os jogos e exercícios devem ser comuns aos dois sexos, até aos 21 anos, aproximadamente.

11º. Às meninas comveem exercícios que vizem a harmonia da forma, a elegância do porte e o vigor dos grupos musculares, correlatos à futura função da maternidade. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p.55).

Os discursos sobre saneamento e salubridade, se incorporam ao de sanidade, atestando o domínio do discurso médico competente, no processo educativo, indicando os meios científicos para se alcançar o desenvolvimento por meio desse novo perfil de educação e por consequência, de sociedade. A idéia de limpeza associa-se à de boa formação daí a excessiva preocupação para que nos currículos da Escola Normal, as disciplinas de higiene estivessem presentes em todos os anos que compunham a formação dos professores. Essa preocupação se estende à própria arquitetura dos prédios que passam a ser pensados de forma que se adequassem às novas exigências da pedagogia racional. Como exemplo dessa proposta, temos no Maranhão a Escola Modelo, que em seu projeto arquitetônico expressava essa preocupação.

Uma das especiais circunstâncias do edifício é o vasto salão que se consagra à ginástica. Em vez de pavilhão insulado, pouco recomendável, aproveitou-se a área do pavimento inferior, abrindo as paredes em arcarias. [...] Ao

longo deste salão, e sobre o vasto passadiço, serão dispostos bancos, onde os alunos esperarão a entrada para as aulas, em excelentes condições de salubridade e vigilância. A área do salão de ginástica é de 108, 50 metros (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 219).

Os discursos se dirigem à questão da salubridade social, instituindo inclusive a figura dos médicos escolares, que deveriam acompanhar ou pelo menos identificar, os problemas de saúde que impediriam o bom andamento do processo educativo e comprometeriam a saúde do país, envolto em epidemias e carências de diversas naturezas. Salubridade e insalubridade, o salutar e doente, era preciso separar esses espaços e cuidar para uma pátria efetivamente sã. Vai impondo-se a ideia de desenvolvimento e boa educação, assentada também nesses princípios.

A inspeção Escolar

O estado instituirá a inspeção pedagógica e medica, dividindo-se o seu território em distritos escolares para tal fim.

A inspeção médica está na base de todo o sistema educativo, visto que, sem higiene, nunca poderá haver educação eficaz. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p.201, 1920).

Através, principalmente, e não somente, dos grupos escolares e escolas modelos, a educação institucional avançava com a proposta de modelar, ainda que de forma restrita, os costumes dos que tinham acesso às mesmas, pois, cabe destacar que, o setor privado, principalmente por meio das escolas religiosas, contribuía com o aumento das instituições escolares e que nesse contexto, instrução pública não significava necessariamente, educação em massa.

A articulação entre os diferentes variantes sociais no contexto republicano, influenciou a escola, alterando os currículo dos espaços que eram formadoras de professores, e os dispositivos administrativos presentes nas leis que sustentavam a educação no Brasil. No entanto, não existiu de fato, uma ação coordenada e duradoura, de modo a implementar efetivamente essas propostas, que esbarravam nos localismos de pobreza e poder, em uma prática cimentada dos professores, na realidade sócio -cultural dos alunos e na falta de aplicação de recursos por parte do Estado, apontando uma falha histórica, no que se refere à questão da educação.

Para além das limitações mencionadas, se observa nos discursos do Congresso Pedagógico, que se impõe uma ideologia que é própria do século XX, a saber, a afirmação da educação como elemento primaz do desenvolvimento, se, alicerçada nos “novos princípios pedagógicos”, assim como o da higiene e da salubridade que junto com uma moralidade disciplinar e socializadora, a partir da escola, desenvolveriam um espírito patriótico no país. Família, escola e Estado – nação, articulados com a lógica do progresso, assentada em bases racionais – embora a religião não desapareça como força ideológica – mudariam uma realidade deplorável do Estado do Maranhão, que até aquele momento convivia

com escolas sem espaço e mobília adequada além de carecer de mestres capazes e em quantidade suficiente, para operar esse mecanismo de progresso dos povos, conforme denunciava Fran Paxeco no citado congresso. Era fundamental superar essas limitações, pois essa situação nos colocaria, assim como todo país, em desvantagem junto às outras nações já consideradas como desenvolvidas.

Como questão de vida ou morte para o Brasil, precisamos de eliminar da economia nacional esse quesito formidável do analfabetismo. Na luta pela vida, indivíduos ou nações, só vencem, o que quer dizer – só poderão viver, os que forem aptos, os que estiverem premunidos pelas melhores condições de adaptação ao momento histórico e ao meio. Não podemos, por isso, deixar de corar, ao fazer a dolorosa confissão de que, por esse lado, somos um conviva “indesejável”, no clássico concerto dos povos. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920. p. 147).

O projeto do Congresso avançou, de acordo com todo o planejamento feito pela sua comissão, inclusive com a publicação dos Anais do Congresso, em obra denominada “Trabalhos do Congresso Pedagógico”, conforme havia preconizado jornal imprensa da cidade de São Luís:

Trabalhos do Congresso Pedagógico. São Luís, Maranhão: Imprensa Oficial, 1920.

O congresso pedagógico

Entram amanhã para os prolos da Imprensa Oficial. Com a autorização do sr, presidente do estado, os trabalhos do congresso pedagógico.

Organizou-os Fran Paxeco, secretário geral dessa assembleia, e devem produzir um volume de 300 páginas.

Num dos próximos números, daremos o respectivo sumário (PACOTILHA, 22 de set. de 1922, p. 1).

Na conclusão dos Anais, excedeu-se esse número de páginas, e os trabalhos do congresso foram publicados com um total de 600 páginas, trazendo ideias, projetos, experiências educacionais e histórico de diversas instituições escolares mais antigas e expressivas do estado do Maranhão à época.

Durante todo o congresso foram discutidas propostas que visavam a adequação do Maranhão aos novos tempos anunciados, desde a República, sob a responsabilidade da instrução, porém, em meio ao entusiasmo dos seus proponentes e participantes, evidenciava-se, a fragilidade das propostas, frente a uma realidade carente de possibilidades de efetivação.

CONCLUSÃO

O advento da República no Brasil, transformou províncias em estados e iniciou um projeto onde o Estado Brasileiro, junto com as unidades administrativas, se responsabilizariam, de forma mais ampla pela educação, que deveria assumir uma face

laica, bem de acordo com o ideário republicano. As escolas religiosas e as privadas laicas, continuariam a atuar nesse espaço, porém o Estado, era convocado a assumir esse papel que se estendia para a saúde, uniões civis, e etc. No entanto, a República foi proclamada em uma sociedade extremamente desigual, no que se referia aos extratos sociais e à situação das suas unidades federativas, logo, todas as iniciativas desse novo modelo, vão refletir uma realidade que é desigual e que se afasta dos interesses públicos.

O Brasil não aprofunda a discussão sobre as suas distintas realidades e avançou copiando modelos, utilizando-se de um vestuário que assume uma feição caricata, pois nunca se ajusta às nossas necessidades. Logo, a adoção dos mesmos assumiu mais uma feição discursiva, já que aplicabilidade dessas idéias esbarrava sempre nos particularismos que eram inerentes aos estados que compunham esse complexo país.

O que observamos ao analisar o Congresso pedagógico ocorrido em 1920 no Maranhão, é uma gama de teorias - geralmente copiadas de países europeus, junto com as ações desencadeadas no Brasil, nesse contexto, vindas principalmente de São Paulo, no que se refere à estruturação de um desejado sistema escolar – e a realidade do Maranhão, que esbarrava em um contexto de necessidades de toda natureza, conforme podemos observar em outras passagens do citado congresso, e nos relatórios que eram apresentados sobre o assunto. Porém, foi o discurso da educação salvadora, onde o professor e o método salvariam o país do seu estado de ignorância que predomina. “De sorte que, no início e no fim, o maior problema se conservará sempre o pedagógico, base do político, para que se transfundam as usanças reprováveis e se marche” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p 229).

Para “marchar” era preciso cuidar principalmente da educação infantil, inculcando os valores próprios de um contexto histórico. Portanto, a disseminação de escolas primárias e Escolas Normais, era providencial e urgente. Através dessas instituições se difundiria um “discurso competente” que permitiria a “educação dos sentidos” para a nova civilidade calcada no cientificismo, na técnica, e em uma moral específica que pretendia criar um referencial republicano de homem e mulher.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **A escola lablacheana e os annales**: Considerações sobre um diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia, a partir da contribuição de Vidal de La Blache para a Escola dos Annales. Disponível em: Boletim Goiano de Geografia ISSN: 1984-8501 DOI: 10.5216/BGG.v40.64437 file:///C:/Users/Mary%20Angelica/Downloads/64437-Texto%20do%20artigo-306866-1-10-20210201.pdf. Acessado em:

BRAGHINI, Katya & LIMA, Danielle Barreto. **Revista Olhares**, v. 7, n. 3 – Guarulhos, novembro 2019 – ISSN 2317-7853.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2002.

FAUSTO, Boris [et al]. História geral da civilização brasileira. **O Brasil republicano**; sociedade e instituições (1889 – 1930). 2º. vol. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

GASPARIN, João Luís. **As ideias de Pestalozzi no Brasil**. In: Soëtdard, Michel. Johann Pestalozzi / Michel Soëtdard; organização: João Luis Gasparin, Martha Aparecida Santana Marcondes. Coleção educadores – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 15ª. ed. rev. e ampl. Campinas, São Paulo: Autores associados, 1998.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** (org). 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 22ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SAVIANI, Dermeval [et al.] I. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido*
Teaching Reading by Objective Method: the words as units of understanding and sense Vera Teresa Valdamarin - Educar, Curitiba, n.18, p.157-182. 2001. Editora da UFPR Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/h8fSXgbWnbMQXfsnfZP8Zqv/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 29 de jun. de 2021.

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022